



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

TERCEIRO MUNDO

Comércio livre, comércio justo ou proteccionismo

Ana Cristina Ferreira

Licenciada em Relações Internacionais – culturais e políticas (Univ. do Minho)
Mestranda em Relações Internacionais - políticas económicas (Univ. Fernando Pessoa)

ÍNDICE

Introdução	3
1. Breves Definições	
1.1 Terceiro Mundo	4
1.2 Comércio Livre	4
1.3 Comércio Justo	5
1.4 Protecçionismo	7
2. O Comércio e a Redução da Pobreza	7
3. Qual a solução possível para o Terceiro Mundo?	8
Conclusões	10
Referências Bibliográficas	12

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Mundo tem vindo a sofrer um grande número de alterações, nomeadamente ao nível político, económico, ambiental, social, resultantes da emergência e do crescimento de verdadeiros actores económicos globais. Estes actores desenvolveram novas formas de concorrência entre si, como também afectaram o equilíbrio de poder existente entre eles próprios e os governos dos diversos países.

A sua importância resulta de um imenso conjunto de factores, que vão desde o dismantelar das barreiras ao comércio, até às modificações originadas pelo progresso tecnológico e nas comunicações.

A actual tendência para a globalização não é um factor meramente económico. Está igualmente ligada à harmonização crescente de práticas, hábitos e preferências culturais. Actualmente as pessoas têm acesso às mesmas notícias, às mesmas referências, às mesmas modas. Cada vez mais o mundo é um só mundo.

A importância crescente dos actores económicos globais tem vindo a limitar os poderes dos Estados, assim como das entidades locais. Apesar de a globalização ser um fenómeno mundial, esta afecta as diferentes regiões do globo de forma desigual. A África é, sem dúvida, o melhor exemplo de um continente em que as consequências da globalização ainda não se materializaram em alterações visíveis.

O continente africano ambiciona encontrar o seu próprio caminho para a prosperidade e o desenvolvimento económico, neste mundo cada vez mais interligado, sendo cada vez mais necessárias a cooperação e a busca de soluções globais.

Propomo-nos analisar neste trabalho o que será melhor para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo: o comércio livre, o comércio justo ou o protecționismo.

1. BREVES DEFINIÇÕES

1.1 TERCEIRO MUNDO

O termo surgiu pela primeira vez, em 1952, pelo dem3grafo franc3s Alfred Sauvy, por analogia com o Terceiro Estado da França pré-Revoluç3o Francesa. Criado, simbolicamente, em 1955 na Confer3ncia de Bandung, o Terceiro Mundo designou um conjunto de pa3ses heterog3neos, cuja similitude consistia em n3o terem efectuado a Revoluç3o Industrial no s3culo XIX. (Sousa, 2005)

Muitos pa3ses classificados como de Terceiro Mundo nas d3cadas de 1950 e 60, deixaram de o ser, “tendo-se multiplicado a diversidade dos mesmos quanto ao n3vel de vida e actividades econ3micas, esperanç3 de vida, n3vel educativo, etc.” (idem, 190) S3o os casos da Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, China, entre outros.

A express3o Terceiro Mundo 3 muitas vezes substituída por *Pa3ses do Sul*, por oposiç3o aos pa3ses do Norte considerados mais ricos e dominantes. Para al3m deste termo, 3 comum o uso de express3es como *Pa3ses Subdesenvolvidos*, *Pa3ses em vias de desenvolvimento* ou ainda *Pa3ses Emergentes*. (idem) Aplica-se, geralmente 3s naç3es pobres da Am3rica Latina, 3frica e 3sia.

1.2 COM3RCIO LIVRE

Um Tratado de Livre Com3rcio 3 um acordo internacional entre v3rios pa3ses tendo em vista obter uma s3rie de benef3cios de forma m3tua. Os objectivos principais deste tipo de acordo s3o: a eliminaç3o das barreiras que afectem o com3rcio; a promoç3o das condiç3es para uma concorr3ncia justa; estimular a produç3o nacional; fomentar a cooperaç3o entre pa3ses amigos, assim como proporcionar uma protecç3o adequada aos direitos de propriedade intelectual. (Wikipedia, 2006)

Segundo o F3rum de Desenvolvimento e Cooperaç3o “a eliminaç3o das taxas de com3rcio e de outras barreiras protecç3onistas pode ajudar 500 milh3es de pessoas a escapar da pobreza e injectar anualmente 200 milh3es de d3lares nas economias dos pa3ses em desenvolvimento”.

O estudo realizado, intitulado “Trade Policy and Global Poverty”, mostra como as mudanças nas políticas de comércio dos Estados Unidos, da União Europeia e de outros países industrializados poderiam ajudar a reduzir a pobreza a nível mundial. São exemplos de organizações de comércio livre a EFTA (European Free Trade Association), a NAFTA (North American Free Trade Association) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).(Fórum DC)

1.3 COMÉRCIO JUSTO

Significa o comércio onde o produtor recebe remuneração justa pelo seu trabalho. São eliminados todos os intermediários ao mínimo possível. Procura criar os meios e as oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores, especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. A sua missão é a de promover a equidade social, a protecção ambiental e a segurança económica através do comércio. (Wikipedia)

Desde a sua origem, há mais de 30 anos, o movimento do Comércio Justo evoluiu no sentido de criar um conjunto de alternativas contrárias à visão meramente economicista do comércio mundial, que dá prioridade ao lucro privado, à concentração da riqueza, ao poder e à competição entre os países do Norte (mais ricos) e que geram profundas desigualdades sociais, situações de miséria e exclusão no Sul geopolítico, nomeadamente na América Latina, Ásia e África. (Fórum DC)

Contrariando a ideia de que quem não tem poder de compra não tem direitos, o Comércio Justo orienta-se por dois princípios de base:

- pagar preços mais justos aos produtores dos países do Sul, contemplando os custos de produção e o acesso aos direitos fundamentais de alimentação, saúde e educação. Esta visão mais humanizada das relações comerciais Norte/Sul tem sido, segundo o Fórum Desenvolvimento e Cooperação, uma experiência com resultados concretos e positivos nas várias comunidades do Sul que estão envolvidas no circuito do Comércio Justo.

- numa escala mais alargada, a nível global, seria o despertar da consciência dos cidadãos, no sentido de apoiar a luta pela mudança das leis económicas internacionais injustas.

Para que esta teorização se torne realidade é necessário um trabalho mais ousado por parte das diversas organizações envolvidas e que passa pela consciencialização das populações locais para a complexidade dos mecanismos que geram as injustiças sociais (as dívidas dos países do Sul, o protecționismo dos países do Norte em relação às taxas de importação dos produtos do Sul, etc.); por campanhas de denúncia, garantindo que os direitos e reivindicações dos produtores do Sul são considerados; pela formação visando o desenvolvimento dos produtores e perspectivando a autonomia das comunidades; assim como desenvolver a capacidade de pressionar instituições internacionais, no sentido de alterar as regras de mercado mundial. (Fórum DC)

Os actores principais do Comércio Justo são: o produtor, o importador, as Lojas do Mundo e o consumidor. Por exemplo, em Portugal já existem diversas lojas de Comércio Justo em que se podem adquirir variados produtos como sejam, produtos alimentares (cafés, chás, especiarias, mel, açúcar, soja, cereais, chocolates, cacau, etc.); têxteis (roupas, tapetes, artigos para o lar, etc.) e artesanato (brinquedos tradicionais, instrumentos musicais, cestaria, etc.). Em Portugal este movimento está representado pela Coordenação Portuguesa do Comércio Justo, uma associação criada em 2001, que contempla a gestão das Lojas do Mundo, investigação e desenvolvimento sustentado e parcerias entre as organizações portuguesas e estrangeiras, assim como dar a conhecer este projecto através das actividades desenvolvidas dentro das comemorações do Dia Internacional do Comércio Justo – 13 de Maio.

A Grã-Bretanha está a abrir o seu mercado aos chamados “produtos éticos”. Em 2003 as vendas de produtos com a marca *Fairtrade* totalizaram 94 milhões de libras, 46% a mais do que em 2002. Actualmente, mais de 250 produtos com o selo ético estão à venda na Grã-Bretanha. Este país está sensibilizado de que a marca *Fairtrade* nasceu como uma iniciativa para tornar o comércio entre os países ricos e pobres mais ético e o objectivo é erradicar a pobreza nos países de Terceiro Mundo. O lucro destas vendas é revertido em obras sociais e em remunerações regulares para os produtores, que ficam dessa forma protegidos das oscilações de preços do mercado internacional. (BBC)

1.4 PROTECCIONISMO

Para os opositores ao comércio livre, esta é a única solução. É uma prática económica de intervenção do Estado no Comércio Internacional, sendo que os produtos nacionais são favorecidos em concorrência com os produtos estrangeiros. As práticas protecționistas ajudam, “apenas de forma temporária, indústrias ineficientes e negócios condenados.” (Figueiredo, 2005). Mas os defensores desta prática defendem que “o comércio livre distorce o potencial de tornar este mundo num lugar melhor, onde exista cooperação e não regras de concorrências desastrosas.” (Lang & Hines, 1994, 10)

Estes autores defendem que o comércio livre só é vantajoso para uma esfera limitada de interesses oficiais e que para proteger os três «E» da economia, equidade e ambiente («environment», em inglês), o comércio teria de assentar numa outra base – um «novo protecționismo», como forma de reduzir o comércio externo, protegendo e fomentando, simultaneamente, os interesses locais.

Para os críticos desta prática, “o protecționismo económico não é de direita nem de esquerda, é simplesmente estúpido.” (Ferreira, 2003) Segundo a mesma fonte, prejudica os consumidores dos países ricos que o utilizam e condena à indigência largas populações dos países pobres e deixa-nos a todos entregues à agenda política pessoal de quem detém o poder. “É demasiado mau para que não seja combatido.” (idem)

A nível internacional, Jagdish Bhagwati, professor na Universidade de Columbia é um dos grandes estudiosos do comércio livre e critica o protecționismo dos países ricos e diz que “o Terceiro Mundo não deve subordinar-se a Wall Street, (...) o comércio livre é a melhor forma de atacar a pobreza.” (CAL, 2001)

2. O COMÉRCIO E A REDUÇÃO DA POBREZA

Se nada for feito para contrariar a situação actual, a UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) no seu relatório sobre os “Países Menos Desenvolvidos” estima que o número de pessoas pobres aumentará de 334 milhões em 2000 para 471 milhões em 2015.

A UNCTAD divulgou o relatório “Os países menos desenvolvidos 2004”, em que avalia o relacionamento entre o comércio internacional e a pobreza e identifica as políticas nacionais e internacionais que podem fazer do comércio um mecanismo mais eficaz para a redução da pobreza nestes países.

Segundo o relatório, o comércio internacional pode desempenhar um papel positivo na redução da pobreza dos Países Menos Desenvolvidos. Na prática, porém, isto não está a acontecer em muitos deles devido a problemas estruturais que afectam esses países, ao peso da dívida externa, à diminuição da ajuda internacional, à concentração do investimento estrangeiro em apenas alguns deles e às regras do comércio internacional que os penalizam.

A sustentabilidade destes países está em risco devido a vários factores internos e externos, como sejam os elevados níveis de dependência das finanças externas, os níveis crescentes da dívida externa, os recursos públicos limitados, a pandemia do HIV/SIDA, os conflitos étnicos, conflitos armados e outros. (Fórum DC)

3. QUAL A SOLUÇÃO POSSÍVEL PARA O TERCEIRO MUNDO?

Todos sabemos que no comércio internacional a diferença entre o ideal ético e a realidade é bastante acentuada. Sabemos também que o desenvolvimento sucede o crescimento económico, mas há situações em que esse crescimento não se traduz em desenvolvimento (veja-se o caso de Angola). Sabemos igualmente que as trocas comerciais são fonte de riqueza e que o comércio implica reciprocidade, abertura a novos mercados e produtos.

Se o livre comércio permite que Europeus e Americanos tenham acesso a produtos mais baratos e a um leque maior de opções, então quem fecha as portas à concorrência, corre o risco de um dia alguém se lembrar que tem razões para retaliar. Veja-se o caso da China que está, desde que aderiu à OMC (Organização Mundial do Comércio), a vender para os quatro cantos do mundo os seus têxteis a um preço muito baixo, mas neste caso a Europa não se pode dar ao luxo de isolar o gigante asiático, recusando a entrada dos

seus produtos, mesmo que isso implique o fecho de algumas empresas de produção têxtil que não conseguem praticar os mesmos preços competitivos. Temos que nos lembrar da imensidão de território e dos altíssimos valores demográficos registados na China como factor de novas oportunidades a explorar nesse território em alternativa ao sector dos têxteis.

A actual ordem mundial é caracterizada por crescente processo de interdependência económica, política, cultural, etc., a que se dá o nome de Globalização. A globalização tem origem anglo-saxónica e está associada ao rápido desenvolvimento das diversas relações a nível mundial (económicas, sociais, culturais e políticas) desde o desmoronamento do bloco soviético. Deste modo “a globalização constitui, uma nova etapa na evolução do capitalismo industrial, sucedendo à internacionalização das firmas e capitais. (...) Segundo a OCDE, a mundialização desenvolveu-se em várias fases, a última das quais, a da globalização (anos 1980), corresponde à instalação de verdadeiras redes planetárias, graças aos progressos da tecnologia e dos serviços. Os Estados tornaram-se cada vez mais interdependentes, prisioneiros do «sistema-mundo». Falar de globalização é evocar a dominação do sistema capitalista sobre o espaço mundial. (...) Um aspecto crucial no estudo da globalização é a emergência de um sistema mundial-ou seja, há razões para se olhar o mundo como uma única ordem social.” (Sousa, 2005: 91)

Quer se fale em globalização, mundialização ou internacionalização, em todas as definições as características comuns são: a cada vez maior interdependência das economias com o domínio do capitalismo, a redução das distâncias quer em espaço, como em tempo em consequência do rápido desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o aparecimento de novos actores na cena internacional que traduzem uma nova forma de participação cívica dos cidadãos nas questões diárias mundiais. A todos é unânime a ideia que o mundo, que é único, está a ficar cada vez mais pequeno.

Neste processo o papel do governo deve ser o mais reduzido possível. Deve limitar-se a manter um olhar atento sobre os mercados, antecipando e/ou eliminando movimentos de rebelião ou lutas sociais.

Por tudo o que foi dito e defendido, entendemos que a solução para a pobreza com que se deparam os países subdesenvolvidos, o Terceiro Mundo, passa por um ideal tico, passa por um modelo de desenvolvimento que seja inclusivo de toda a sociedade. Essa solução rejeita categoricamente o protecționismo e defende uma solução em que o comércio justo e o comércio livre possam unir-se em torno do mesmo objectivo – erradicar a pobreza no mundo.

CONCLUSOES

A globalização coloca-nos novos problemas, ou, pelo menos, coloca os mesmos, mas de forma diferente. Porém, abre também grandes oportunidades para os resolver. E  a nível econmico que a globalização é mais evidente. As teorias existentes sobre as relaçoes econmicas internacionais estão ultrapassadas, porque se encontram ligadas a realidades que ja não existem. As alianças de interesses econmicos e políticos têm sido, como referimos anteriormente, uma das vias para as empresas e os estados se adaptarem e sobreviverem  globalização. (Magriço, 2005)

A Europa, por exemplo, não deve temer os avanços dos gigantes asiáticos, mas antes entender esses novos “players” mundiais como factor de concorrência saudável, uma vez que nos obrigarão a investir cada vez mais no conhecimento, na inovação e em sectores tecnológicos, porque “os indianos e os chineses não estão a empurrar-nos para o fundo. Eles estão a empurrar-nos para o topo – e isso é bom! Eles querem níveis de vida mais elevados, (...) querem artigos de marca e não coisas velhas (...) E quanto mais o fazem, quanto mais alto escalam, mais espaço é criado no topo – porque quanto mais têm, mais gastam, mais diversificados se tornam os mercados de produtos e mais nichos de especialização são criados.” (Friedman, 2005, 261)

A competitividade ou livre concorrência é um dos princípios da economia liberal e teve como principais defensores Adam Smith e David Ricardo. Segundo Smith, procurando apenas um ganho pessoal, a pessoa trabalha, coincidentemente, para elevar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Por uma mão invisível a pessoa estaria a ser misteriosamente levada a executar um objectivo que jamais fez parte das suas intençoes.

E, em busca apenas do seu interesse exclusivo, a pessoa muitas vezes trabalharia de modo bem mais eficaz pelo interesse da sociedade do que se tivesse de facto esta intenção. Podemos notar que a ideia básica da livre concorrência é a fé depositada na ideia de que as pessoas, uma vez competindo entre si, automaticamente estariam contribuindo para o progresso geral da sociedade. (Samuelson, 1993)

Por tudo isto, e à medida que o mundo vai ficando plano, todos nós beneficiamos mais se se mantiverem os princípios básicos do comércio livre, em vez de se tentar levantar muros. Como afirma Friedman, “o cidadão só deve reear os mercados livres (...) se acreditar que nunca vai precisar de novos medicamentos, novo software, novas indústrias, novas formas de diversão e novos cafés.” (Friedman, 2005, 259)

Como em tudo na vida, há sempre o lado bom e o lado mau e na globalização sucede o mesmo, sendo que o “dark side” deste processo se manifesta na propagação de doenças, na proliferação de fundamentalismos religiosos e étnicos, no aumento do terrorismo internacional, bem como no aumento da criminalidade económica e fiscal, já para não falar nos crimes ambientais. A esperança numa equitativa distribuição da riqueza, na diminuição das diferenças entre o Norte e o Sul, no fim do terrorismo, no encontrar de formas para controlar o aquecimento do planeta,... faz com que continuemos a lutar e a acreditar nos efeitos da globalização, no progresso tecnológico e no mercado livre e justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2 BBC Brasil (2004). Grã-Bretanha aumenta opção de “produtos étnicos”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/03.htm> [Consultado em: 30-05-06]
- 3 CAL (2001). Bhagwati. A Nova Dependência. Disponível em: <http://www.cam-agr-lus.org/Entrevistas/entrevistas.html> [Consultado em: 27-05-06]
- 4 Ferreira, Paulo (2003). A outra guerra de Bush. Disponível em: http://www.negocios.pt/default.asp?SqlPage=Content_Opiniao&CpContentId=236033 [Consultado em: 29-05-06]
- 5 Figueiredo, Sérgio (2005). Caros pijamas... Disponível em: http://www.negocios.pt/default.asp?SqlPage=Content_Opiniao&CpContentId=257917 [Consultado em: 27-05-06]
- 6 Fórum DC (2004). O Comércio e a Redução da Pobreza. Disponível em: http://www.forumdc.net/forumdc/print.asp?cod_artigo=146096 [Consultado em: 30-05-06]
- 7 Friedman, Thomas L. (2005). *O Mundo é Plano. Uma História Breve do Século XXI*. Actual Editores.
- 8 Lang, Tim e Hines, Colin (1994). *O Novo Protecționismo. Protegendo o Futuro Contra o Comércio Livre*. Edições Instituto Piaget.
- 9 Magriço, Vítor (2005). Globalização e alianças estratégicas entre empresas. Disponível em: http://www.janusonline.pt/docs2005/artigo_janus2005_2_13.doc [Consultado em: 23-03-06]
- 10 Samuelson, P. e Nordhaus, W.D. (1993). *Economia*. McGraw-Hill Editions. 14ª Edição.
- 11 Sousa, Fernando (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.
- 12 Wikipedia (2006). Comércio Justo. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio_justo [Consultado em: 29-05-06]
- 13 Wikipedia (2006). Tratado de Livre Comércio. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_livre_com%C3%A9rcio [Consultado em: 29-05-06]